

ANC p1

Novo órgão do Poder Judiciário

GAZETA MERCANTIL

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou ontem a criação de um novo órgão do Poder Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça, ao mesmo tempo que extinguiu outro, o TFR.

Na prática, essas modificações significam a instauração de mais uma instância de decisão, situada entre os tribunais federais e estaduais e o Supremo Tribunal Federal, e a transferência da competência do TFR para o Superior Tribunal de Justiça, que, num primeiro momento, será composto de membros do tribunal extinto.

Ao Superior Tribunal de Justiça caberá apreciar os recursos das cortes estaduais, que são os tribunais de Alçada e os de Justiça e aqueles remetidos pelos tribunais regionais federais, também institucionalizados ontem pela Constituinte. Com essas alterações, será reduzida a atual competência do Supremo Tribunal Federal, que passará a decidir, basicamente, sobre matérias constitucionais.

A criação do novo tribunal é fortemente criticada pela magistratura. Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, desembargador Odyr Porto, a criação de mais uma instância de julgamento tornará ainda mais moroso o andamento da Justiça. Deverá, também, segundo ele, sobrecarregar essa corte desnecessariamente, já que o Supremo Tribunal, mesmo

tendo estendida a sua competência, continua sendo uma corte constitucional.

Ontem, em Brasília, o presidente José Sarney visitou o Superior Tribunal Militar (STM), que comemorou 180 anos de existência. Em discurso, Sarney elogiou a atuação do órgão, "imune à intolerância, ao ressentimento e ao revanchismo". Acrescentou: "A Assembléia Nacional Constituinte, numa atitude sábia e responsável, já tem forjado o texto constitucional que garante a presença do STM na estrutura do Poder Judiciário". Foi a primeira vez, nos últimos seis meses, que Sarney elogiou a Constituinte.

No Rio, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, disse, em entrevista, acreditar que, se os constituintes decidirem aprovar um mandato de quatro anos para Sarney, ocorrerá uma intervenção militar. "Ao contrário de 1964, quando não houve derramamento de sangue, num confronto, hoje, morreria muita gente", afirmou, ao explicar por que mudou de posição passando da defesa de quatro anos de mandato para apoiar a tese dos cinco anos.